Fundação **Casa de Rui Barbosa**
www.casaruibarbosa.gov.br

Notas sobre a participação de organismos multilaterais na construção de políticas culturais para acesso ao livro e promoção da leitura no Brasil e Colômbia

João Vanderlei de Moraes Júnior*

Resumo: O itinerário das políticas culturais para acesso ao livro e promoção da leitura no Brasil e na Colômbia evidencia, de forma distinta em cada país, marcas de participação de organismos multilaterais. Neste artigo, pretende-se descortinar o caminho de tais intervenções a fim de perceber suas influências na conformação das políticas nacionais para o livro, leitura e biblioteca no Brasil e Colômbia.

Palavras-chave: Organismos Multilaterais; Políticas Culturais Específicas; Brasil; Colômbia; Plano Nacional de Leitura.

Introdução

Ao percorrer o itinerário de intervenções do Estado brasileiro e colombiano para promoção da leitura e acesso ao livro, percebe-se a presença de organismos multilaterais conformando uma cultura política voltada à inserção de temas relacionados à biblioteca pública, promoção da leitura, produção editorial e economia do livro no

* Mestrando do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade/IHAC/UFBa. Pesquisador em formação do CULT – Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. E-mail: escrevista@gmail.com

âmbito das políticas culturais nacionais (MORAES JR, 2009). Pelo menos desde 1949, quando a UNESCO publicou o manifesto: *A biblioteca pública, força viva para o serviço da educação popular*. Seja através de declarações, diretrizes, realização de reuniões e encontros nacionais e internacionais, estes organismos têm provocando o Estado, o mercado e a sociedade civil organizada para a necessidade de configurar um espaço cultural favorável à promoção da leitura em consonância com aspectos sociais e econômicos dos distintos países da America Latina (PATIÑO, 2005, 60).

Entre a década de cinquenta e os primeiros dez anos do século XXI, configurou-se no contexto latino-americano uma concertação de intervenções cujo objetivo primaz fora o desenvolvimento de um ambiente em que o livro e a leitura ocupassem espaço nas políticas públicas. Neste itinerário, o conceito e a missão das bibliotecas modelaram-se, acompanhando a mutação de hábitos e comportamentos de seu público, “o leitor”, objeto destas intervenções, pois, é para ele que se produzem livros e inauguram-se estes espaços (RIBEIRO, 2009). Todavia, o baixo número de leitores em países como Brasil e Colômbia, ainda hoje, representa um desafio enfrentado pelas organizações, que defendem a inserção do tema como assunto de políticas públicas. Assim, a contribuição de organismos como UNESCO, Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI e do Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe - CERLALC, revelam-se um fator importante na conformação de declarações, cartas e diretrizes que resultam no aprimoramento dos serviços bibliotecários, na promoção da leitura, no desenvolvimento da indústria do livro, e na inserção do papel do Estado como responsável pala implantação de políticas para estes fins (JARAMILLO, 2005). Neste sentido, as intervenções resultantes da implementação do Plano Ibero-Americano de Leitura (2005) exemplifica tais esforços nos últimos anos.

Intervenções no Brasil e Colômbia: descortinando itinerários

Com a criação da UNESCO, no pós-guerra, em 1945, precisamente no dia 16 de novembro, se inicia um processo no qual a paz mundial, o desenvolvimento humano e a segurança mundial configuram-se prioridade desde sua fundação. Em meio a avanços e

contradições, a instituição tem contribuído na conformação de intervenções políticas destinadas ao livro e bibliotecas, notadamente, com maior vigor na Colômbia. Em Medellín, capital do departamento de Antioquia, inaugurou, em 1952, a Biblioteca Publica Piloto para América Latina e Caribe (BPP), um esforço conjunto com o Estado colombiano objetivando equacionar déficits relacionados à educação e acesso ao livro, tal como propõe a Declaração de 1949. Apenas três cidades[1] do mundo foram contempladas com tais bibliotecas como parte do projeto da UNESCO em contribuir com a construção da paz.

A BPP de Medellín, logo depois de sua fundação, empreendeu projetos e programas destinados a aproximar o livro ao leitor e a erradicação do analfabetismo. Através da descentralização de suas atividades, criando postos bibliotecários em hospitais, bancos, empresas, espalhando filiais em diversos pontos da cidade, editando obras literárias de escritores jovens e consagrados oriundos de oficinas de criação e tertúlias literárias[2]. Alguns projetos como "cajas viajeras" e o "bibliobus[3]" promoveram o acesso ao livro em distantes bairros e cidades ao redor de Medellín. Além da BBP, a fundação da Universidade Interamericana de Biblioteconomia, também na cidade de Medellín, com apoio da Fundação Rockfeller e OEA – Organização dos Estados Americanos

[1] Em África, Ásia e América Latina possuem tal intervenção da UNESCO. A primeira das biblioteca foi inaugurada na Índia em 1951. Para implantação da segunda concorreram Brasil, Cuba, Guatemala e Colômbia, sendo esta escolhida para sediar o modelo de Biblioteca Publica Piloto para América Latina, mediante Resolução número 4542 da V Conferencia Geral da UNESCO, ocorrida em Florença em 1950. Em 10 de novembro de1952, foi acordado entre o governo colombiano e a UNESCO a implantação da BPP em Medellín.

[2] Encontros com pessoas interessadas em discutir sobre um tema específico, no caso das Tertúlias Literárias, os assuntos giram em torno da criação e investigação literária.

[3] O Brasil é pioneiro nesse tipo de intervenção, iniciando com Mário de Andrade, quando diretor de cultura do município de São Paulo (1935) expandiu a ideia de biblioteca (abrindo espaço para jovens e crianças), interessando-se pela memória oral e musical e criando unidades móveis na biblioteca (biblio-ônibus) que mais tarde levaria o seu nome.

(ZAPATA, GARCIA, 2005, 139) contribuíram para conformação de um espaço favorável também a formação de profissionais para mediar o acesso ao livro.

Seguindo o intuito de tornar o assunto da leitura e acesso ao livro pauta para o desenvolvimento do país, inaugura-se a Biblioteca Luiz Ángel Arango, em Bogotá, criada e mantida pelo Banco da República, com estas intervenções instaurara-se no país uma noção moderna de bibliotecas, salientando a importância do acesso a leitura para formação de uma nação equânime social, econômica e culturalmente. O assunto da leitura é assunto caro às políticas culturais no país ainda hoje, como veremos mais adiante.

A Biblioteca Pública Piloto atualmente mantém suas atividades com suporte financeiro da Alcaldía de Medellín e convênio com as *Cajas de Compensasión Familiar*[4] Comfama[5] e Comfenalco[6]. A BPP, atualmente, coordena a Rede de Bibliotecas Parques[7] composta por seis Bibliotecas com serviços diversificados em diversas linguagens que auxiliam a promoção do hábito leitor e uma programação cultural intensa, o que favorece o reconhecimento da biblioteca como uns espaços dinâmicos e atraente a públicos de faixa etárias variadas[8].

[4] Tais instituições são responsáveis pela seguridade social na Colômbia desde a década de 1950. Em 1982, através da Lei 21, a instituição reconheceu os serviços bibliotecários como extensão do subsídio familiar, implantando Bibliotecas Público Privada por toda Colômbia.

[5] Criada em 1954, COMFAMA nasce como primeira Caja de Compensación Familiar do país.

[6] Fundada em 1957 como Caja de Compensación Familiar, abre em 1979 a Biblioteca Héctor González Mejía, em Medellín.

[7] Bibliotecas referências na formação de leitores e mediação da leitura, utilizando-se de um espaço com multilinguagens artísticas tais como teatro, dança, literatura, cinema, além de desenvolver projetos e programas de incentivo à leitura.

[8] Os seis Parques Bibliotecas, são elas: Parque Biblioteca Presbítero José Luis Arroyave, San Javier; Parque Biblioteca Tomás Carrasquilla, La Quintana; Parque Biblioteca España Santo Domingo Sávio; Parque Biblioteca

Aliada a tais intervenções, entre a década de 30 e 70 formou-se um intenso mercado interno editorial na América Latina, o número de editoras na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Uruguai e Venezuela se ampliaram, substituindo a recorrente importação de livros. Contudo nas últimas três décadas com a configuração de um novo modelo de espaço cultural ibero-americano, a maioria dos editores faliu ou vendeu seus catálogos para editoras espanholas (CANCLINI(b), 2008, 60).

A composição de um espaço cultural favorável à leitura escrita depende da formação de um ambiente de incubação. Ou seja, da formação de "laços íntimos com o público leitor" e que se "garanta a proteção suficiente aos escritores para que seus direitos sejam protegidos." Esta assertiva foi publicada em 1973 em um estudo produzido pela UNESCO, com a primeira edição brasileira publicada dois anos depois, denominada *A fome de ler.* O manual aponta Bogotá, capital colombiana, já na década de setenta, como um dos ambientes de incubação com políticas editoriais e para promoção da leitura delineadas para este fim:

> É difícil conseguir um equilíbrio, já que depende de uma política editorial cuidadosa e planejada, na qual todas as partes interessadas desempenhem papel coordenado. [...] Trata-se de um setor em que a cooperação internacional é bastante eficaz. A implantação de uma indústria editorial lucrativa em um país em desenvolvimento requer investimentos geralmente acima dos seus recursos e, mais ainda, além dos seus habitantes. Os centros regionais do livro em Karachi, Tóquio e Bogotá, que funcionam dentro de um programa a longo prazo da UNESCO, devem ajudar na procura de novas técnicas para o programa de preparo de pessoal. (BARKER & ESCARPIT, 1975, 23)

O fragmento acima nos dá pistas de estratégias da UNESCO para construir um ambiente favorável ao fortalecimento de elementos importantes para o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro, e, por conseguinte da cadeia criativa. Este ambiente

León de Greiff, La Ladera; Parque Biblioteca Belén; Biblioteca Pública Piloto de Medellín para América Latina e Caribe, coordenadora da Rede de Bibliotecas Parques de Medellín.

favorável ou como prefere BARKER & ESCARPIT, *ambiente de incubação*, necessita primordialmente de uma política. E para que esta política seja construída, e cumpra suas metas, objetivos e interesses, requer: participação dos atores sociais interessados e ligados ao setor – Sociedade civil, Estado e Mercado; além de planejamento e formação.

A capital colombiana destaca-se no âmbito editorial e circulação de livros com a realização de grandes feiras e festivais literários. Como se pode notar, Bogotá configura-se um espaço fortalecido por conta de um planejamento a longo prazo compartilhado entre mercado, Estado e a participação da UNESCO. Ainda que se perceba tais avanços no que se refere aos aspectos editoriais e de circulação, segundo a avaliação PISA -2006, Brasil e Colômbia possuem níveis de letramento similares, ou seja, 01., o que significa baixa capacidade de compreender e escrever o que foi lido (PNLL, 2010, 39).

Elementos como participação coletiva, planejamento e formação citados em *A fome de ler* são componentes cada vez mais presentes na composição de políticas nacionais de leitura na América Latina. Em relação à biblioteca pública, a UNESCO desde seu primeiro manifesto sobre o tema, em 1949, advertia para a necessidade do desenvolvimento bibliotecário, construção de políticas e ações estatais claras para consolidação da biblioteca como uma instituição indispensável à formação e a cidadania cultural (PATIÑO, 2005, 9).

No Brasil, final da década de 60, em 1968, a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ – iniciou uma atuação dedicada à promoção da leitura no país. A Fundação, na verdade, se constituía como a seção brasileira do International Board on Books for Young Peaple - IBBY[9], órgão consultivo da UNESCO para a promoção da

[9] A IBBY na Colômbia foi criada em 1985, em parceria com Instituto Norueguês de Educação. A instituição surgiu com o propósito de promover a pesquisa, produção, mediação e uso de livros essencialmente infanto-juvenis (BOIESEN, 2010, 13).

leitura e divulgação do livro infantil. A organização sem fins lucrativos foi a primeira instituição brasileira com objetivo primaz de promover a leitura; em 1974, instituiu o prêmio que leva o seu nome. A iniciativa visava estimular a melhorara da produção editorial voltada para o público infantil.

Em 1982, a FNLIJ cria o primeiro projeto nacional de promoção da leitura, a iniciativa atingiu escolas com livros de literatura infantil e juvenil "de qualidade". Neste mesmo ano, com financiamento da Hoescht, foi desenvolvido o projeto *Ciranda de Livros*, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, tal intervenção ganhou Menção Honrosa do Prêmio de Alfabetização, da UNESCO em 1984, no Brasil recebeu o Prêmio da Câmara Americana de Comércio. O projeto serve de modelo para o governo federal implantar através do MEC o Programa Sala de Leitura (SERRA, 1998, 61).

Embora cada etapa se configure como um passo de um processo a longo prazo, considera-se a Reunião Regional sobre o Estado Atual e Estratégias para o Desenvolvimento das Bibliotecas Públicas na América Latina, organizada, em 1982, pela CERLALC/UNESCO, um momento importante para inserção da promoção da leitura no contexto bibliotecário. Esta reunião tem como resultado a Declaração de Caracas, que propõe a inclusão de garantias para continuidade das políticas para o setor do livro e leitura reservando orçamento específico para as bibliotecas públicas (enquanto espaço promotor da leitura) nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). Como ocorreu na Colômbia nos períodos de 2002-2006 e 2007-2010, em que o presidente Álvaro Uribe incluiu o financiamento das Bibliotecas Públicas nos PND's, garantindo recurso e prioridade em investimentos no campo da promoção do livro e da leitura nos dois mandatos de sua gestão. Todavia, é com a Reunião Latino Americana de Políticas Nacionais de Leitura (CERLALC), que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992, que se propôs que uma

> Política nacional de lectura debe ser concebida como una acción del Estado, movilizadora y articuladora de las experiencias y esfuerzos de la sociedad civil e del gobierno. Debe establecer prioridades, asociar recursos e investir en programas coordinados que

> multipliquen sus afectos, descentralicen las iniciativas y faciliten extender los beneficios a toda la población[10] (PATIÑO, 2005, 65).

É deste ano a inauguração do Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER, vinculado à Biblioteca Nacional/Ministério da Cultura do Brasil. Na Colômbia, inaugura-se o primeiro Plano Nacional de Leitura com nome *Leer es rico,* posto em prática por um despacho da primeira Dama do país e coordenado pela Fundação para o Fomento da Leitura - FUNDALECTURA. O plano, contudo, dedicou-se a dotar as bibliotecas existentes com livros atualizados. A partir desta reunião, no Rio de Janeiro, em 1992, seguida de outra, em Caracas, Venezuela, com mesmo tema, se inicia um processo no qual se estimula a construção de programas nacionais de leitura no contexto latino-americano. A Argentina e Venezuela, contudo, inauguram seus primeiros PNL's ainda na década de 80, precisamente em 1986.

Na década de noventa ações articuladas em programas e planos ganham destaque neste cenário. A proposta seria que as políticas nacionais garantissem continuidade a longo prazo, além da recomendação de institucionalizar uma legislação especifica a fim de garantir sua aplicação e perenidade (PENHA; CORTES, 2004, 67). Algumas prerrogativas sugeridas pela CERLALC acionam dimensões do campo das políticas culturais contemporâneas como diagnósticos, atores coletivos, objetivos e metas definidas foram critérios de fundamental importância inseridos nos debates realizados nos encontros internacionais.

Neste sentido, tornou-se primaz a utilização de dados que pudessem consubstancializar tais elaborações de planos e programas, a fim de que fossem base para posterior avaliação das intervenções implementadas. Todavia, os números da cultura, embora se configurem peça importante para justificar investimento e garantir recursos para

[10] Uma política nacional de leitura deve ser concebida como uma ação do Estado, mobilizadora e articuladora das experiências e esforços da sociedade civil e do governo. Deve estabelecer prioridades, associar recursos e investir em programas coordenados que multipliquem seus afeitos, descentralizem as iniciativas e facilitem estender os benefícios a toda população.

secretarias e ministérios ainda são escassos, revelando-se uma demanda constante na mensuração não só dos impactos econômicos da cultura como no aspecto do desenvolvimento simbólico (REIS, 2008, 27).

Nos últimos anos, a participação de organismos como Convênio Andrés Bello, CERLALC e OEI vem apresentando pesquisas e estudos relativos à cadeia produtiva do livro e a situação da leitura no espaço latino-americano, o que favorece intervenções com maior seguridade no campo das políticas culturais. Estes dados, contudo, ainda voltados para economia da cultura e presença de bibliotecas nos municípios. No Brasil, o acordo realizado entre Ministério da Cultura e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), juntamente com IPEA e Fundação João Pinheiro, têm gerado dados importantes para o desenvolvimento do setor Cultural no país, isto a partir da Gestão Gil no MinC / Secretaria de Políticas Culturais (CALABRE, 2009, 229).

Na área do livro e leitura, a publicação de RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL[11], pelo Instituto do Livro, e o primeiro Censo das Bibliotecas do Brasil (Fundação Getúlio Vargas, 2010) somam-se a estes esforços para composição de dados relativos aos impactos, notadamente econômicos, da cultura na sociedade.

Contribuições contemporâneas

Com a realização da V Conferência Ibero-Americana de Cultura, realizada em Lima, Peru, em 2001, se conformou o intuito dos países signatários em formular um plano com metas a longo prazo para promoção da leitura e do livro através de políticas públicas que comprometessem o Estado, a sociedade e o mercado. A partir daí, OEI e CERLALC elaboraram um documento de trabalho apresentado no VI Congresso, em outubro de 2002, no encontro de Ministros e Responsáveis Nacionais de Cultura da Ibero – América, realizada em Santo Domingo, na República Dominicana. Foi confirmada uma série de ações preparatórias para inaugurar o Plano Ibero Americano

[11] A pesquisa foi desenvolvida com tecnologia metodológica desenvolvida pela CERLALC.

de Promoção e Fomento da Leitura, a ser posto em 2005, com o Ano Ibero Americano de Leitura.

Em 2003, na VII Conferência de Ibero Americana Cultura, realizada na Bolívia, os chefes de países da região reunidos para o encontro do XIII Cumbre Ibero-Americana, assinam a Declaração de Santa Cruz de La Sierra, reconhecendo a leitura como *un instrumento real para la inclusión social y un fator básico para el desarollo social, cultural y econômico*[12], dando-lhe a partir de então dimensão política ao assunto. Assinam a declaração: Espanha, Bolívia, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador e Guatemala.

Em 2004, a OEI e o CERLALC, com o já formulado e implementado Plano Ibero-Americano de Leitura, puseram em marcha uma agenda para políticas públicas de leitura e identificaram países[13] da Ibero-América com experiências na elaboração de PNL's a fim de aprimorar experiências, favorecer a formação de uma rede de Planos de Leitura e o debate dobre o tema entre a tríade Estado, sociedade e mercado (CERLALC/OEI, 2004:12).

Neste primeiro momento exploratório, realizaram-se análises comparativas relacionando aproximações e diferenças desde o ponto de vista de suas concepções conceituais ao seu desenvolvimento processual. Por conseguinte, formulou-se bases que fossem referência para consolidação deste processo de formulação e construção de políticas culturais capazes de avançar diante de tal desafio: a ampliação da prática leitora na sociedade Ibero-Americana (PEÑA e ISAZA, 2005:9).

Assim, foi realizada na cidade de Cartagena de Índias, Colômbia, em setembro de 2004, a Reunião para Formulação de uma Agenda de Políticas Públicas para Leitura. Esta foi uma convocação da CERLALC e OEI que articulou governos, o setor privado e

[12] Um instrumento para inclusão social e um fator básico para o desenvolvimento social, cultural e econômico.

[13] Destes destacam-se na elaboração de PNL: Argentina (1986), Venezuela (1986) e Colômbia (1992).

a sociedade civil a fim de se projetar ações a longo prazo em favor da leitura. Brasil e Colômbia estiveram representados neste evento, expondo resultados preliminares de suas políticas, reafirmando o compromisso de criar condições favoráveis para o desenvolvimento da promoção e fomento ao livro e a leitura através de estratégias da formulação de leis e elaboração de planos e programas para este fim.

Os atuais Planos Nacionais de Leitura

Os organismos multilaterais, portanto, relacionam-se intrinsecamente com a formulação de políticas culturais para promoção da leitura e acesso ao livro, e de certa maneira acompanham o processo de implantação inserção do tema como assunto de políticas públicas. No âmbito das políticas culturais no Brasil e na Colômbia os Planos Nacionais de Leitura são formulados a partir de proposições sugeridas por estes organismos. No caso brasileiro, a portaria interministerial 1442, que institui o Plano Nacional do Livro e Leitura, deixa claro o itinerário dos debates e seu compromisso sobre o tema:

> OS MINISTROS DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA, no uso da atribuição que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inc. II, da Constituição, e, considerando que o Governo da República Federativa do Brasil subscreveu a "Declaração de Santa Cruz de la Sierra", durante a XIII Conferência Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo dos vinte e um países signatários da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), e que é desejo do Governo da República Federativa do Brasil dar continuidade à mobilização em favor do fomento à leitura empreendida em 2005, durante o Ano Ibero-americano da Leitura – o Vivaleitura, e convertê-la em política pública permanente, resolvem
>
> Art. 1º- Fica instituído o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), de duração trienal, tendo por finalidade básica assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional.[14]

[14] DOU n. 154, de 11.08.2006, Seção 1, página 18/19.

Embora a Colômbia subscreva a Declaração de Santa Cruz de La Sierra, sua política nacional de leitura vincula-se a Declaração de Caracas (1982) que define a inserção desta política no PND dos países. Um fator decisivo para o campo legal da promoção da leitura na Colômbia é o fato de a leitura estar estreitamente relacionada à Biblioteca Pública, seu desenvolvimento assegura-se pela a lei 397 (Lei da Cultura), no artigo 24:

> Los gobiernos nacional, departamental, distrital y municipal consolidarán y desarrollarán la Red Nacional de Bibliotecas Públicas, coordinada por el Ministerio de Cultura, a través de la Biblioteca Nacional, con el fin de promover la creación, el fomento y el fortalecimiento de las bibliotecas públicas y mixtas y de los servicios complementarios que a través de estas se prestan. Para ello, incluirán todos los años en su presupuesto las partidas necesarias para crear, fortalecer y sostener el mayor número de bibliotecas públicas en sus respectivas jurisdicciones. // El Ministerio de Cultura, a través de la Biblioteca Nacional, es el organismo encargado de planear y formular la política de las bibliotecas públicas y la lectura a nivel nacional y de dirigir la Red Nacional de Bibliotecas Públicas[15].

Além das garantias respaldadas pela mencionada lei, as políticas para promoção da leitura e acesso ao livro, o Plano Nacional de Leitura e Biblioteca configura-se como intervenção fundamentada nos Plano Nacional de Desenvolvimento do primeiro e segundo governo do ex-presidente colombiano Álvaro Uribe (2002-2006 / 2006-2010), tal como propõe a UNESCO desde 1982, com a Declaração de Caracas, resultado da Reunião regional sobre o estado atual e estratégias para o desenvolvimento das bibliotecas públicas na América Latina. Estes indicativos evidenciam a participação direta de organismos internacionais na composição das políticas culturais para

[15] Os governos nacional, departamental, distrital e municipal consolidarão a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, coordenada pelo Ministério da Cultura através da Biblioteca Nacional, com o fim de promover a criação, o fomento y o fortalecimento das bibliotecas públicas e mistas, e os serviços complementares que através destas se prestam. Para estas, serão incluídos todos os anos em seu orçamento as contrapartidas necessárias para criar, fortalecer e sustentar o maior número de bibliotecas públicas em seus respectivos jurisdição. // O Ministério da Cultura, através da Biblioteca Nacional, é o organismo encarregado de planejar y formular a política das bibliotecas públicas e leitura a nível nacional y dirigir a Rede Nacional de bibliotecas Públicas.

promoção da leitura e acesso ao livro no Brasil e na Colômbia (JARAMILLO; RIOS, 2005, 23).

Considerações: perseguindo novos desafios – Educação e Leitura

Ao percorrer este itinerário, é possível perceber a participação da UNESCO, OEI e CERLALC no processo de construção de políticas que contribuam para produção e promoção do livro, e a partir da década de 80, com maior ênfase em 90, a promoção do hábito leitor, a partir, todavia, do acesso ao livro, que dizer da biblioteca. A escola, como espaço institucional de formação educacional formal do indivíduo não se insere neste processo, o que nos leva a afirmar que tais políticas até então vem promovendo com maior ênfase a economia do livro. Os baixos índices de leitura nos dois países acabam por justificar a necessidade de se promover um maior acesso ao livro, e para isso desonera-se impostos à cadeia produtiva, tais políticas acompanhadas de inauguração de bibliotecas públicas favorecem o mercado, sem garantias que aspectos como leitura e escrita sejam objeto de tais políticas de forma eficaz, posto a desassociarão destas intervenções com as escolas públicas.

A formulação dos Planos Nacionais de Leitura, no Brasil e Colômbia, buscam equalizar esta demanda, com formulações de estratégias interministeriais, notadamente, com enlaces entre os ministérios da cultura e o da educação, a fim promover a leitura e escrita numa perspectiva não só da decodificação e reprodução de caracteres, mas de interpretar e construir conhecimento a partir da “leitura” de mundo e das diversas linguagens acionadas para promover tal competência.

No Brasil com os Programas estabelecidos pelo Plano Nacional da Educação Básica, vem se construindo uma nova perspectiva para a atual situação da leitura e aceso ao livro no país, a recente promulgação da lei 1.244/2010 que determina a obrigatoriedade de uma biblioteca em cada escola brasileira com pelo menos um título por aluno matriculado até o ano de 2020, demonstra a preocupação em na mudança de paradigma. Na Colômbia, o programa Mil maneiras de se ler, acionado pelo Ministério da Educação através do Plano Nacional de Leitura e Biblioteca, em 2004, é o mais

expressivo no que se refere aos enlaces estabelecidos entre educação e cultura para promoção da leitura e acesso ao livro. Estas iniciativas conformam um compromisso firmado no encontro de ministros de educação dos Estados Ibero-Americanos em 18 de maio de 2008, em El Salvador, organizado pela OEI, onde se propôs que até 2021 deveriam se cumprir o que se denominou de "Metas Educativas 2021", inserindo neste contexto os enlaces entre cultura e educação, e neste intere a leitura e acesso ao livro, renovando perspectivas da participação dos organismos internacionais na construção de políticas públicas para acesso ao livro e leitura.

Referências bibliográficas

BARKER, Ronald E., ESCARPIT, Rober. *A fome de ler.* Trad. J. J. Veiga, Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas/Instituto Nacional do Livro. 1975.

BRASIL. Portaria Interministerial 1442. DOU n. 154, de 11.08.2006, Seção 1, página 18/19.

BRASIL. Lei nº 12.244 – Universalização das bibliotecas escolares no Brasil. Disponível em: <http://biblioffl ch.wordpress.com/2010/05/26/lei-n%C2% BA-12-244-universalizacao-das-bibliotecas-escolares-no-brasil/>. Acessado em 04/06/2011.

CALABRE, Lia. *Desafios à construção de políticas culturais*: balanço da gestão Gilberto Gil. In: Revista Proa, n. 1, ano 1, 2009. Disponível em <www.ifch.unicamp.br/proa>. Acessado em 03.04.2010.

CANCLINI, Néstor García. *Leitores, espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras, Observatório Itaú Cultural, 2008(a).

_____. *Latino-americanos à procura de um lugar neste século*. Trad. Sergio Molina. São Paulo, Iluminuras, 2008(b).

CERLELC/OEI. Agenda de políticas públicas de lectura. Bogotá: 2004.

CERLALC/OEI. Una región de lectores: análises comparado de planes nacionales de lectura en iberoamérica. Bogotá: 2005.

CERLALC/UNESCO. *Producción y comercio internacional del libro en América Latina 2003:* Diagnostico estadístico. Servicio de Información Estadística Regional Bogotá, 2005.

COLOMBIA, Ministério de Cultura. *Lineamentos Del Plan Nacional de Lectura y Bibliotecas*. 2003. Conpes nº 3222/03.

_____. *Ley de Bibliotecas Públicas* – Uma guia de fácil conprensión. Biblioteca Nacional de Colômbia, Bogotá, 2010.

JARAMILLO, Orlanda/RIOS, Mónica Montoya. *Revisión del concepto de biblioteca pública*. In: JARAMILLO, Orlanda. ZAPATA, Didier Álvarez. RIOS, Mónica Montoya (Org.). Biblioteca Pública y Lectura Pública. Universidad de Antioquia, Escuela Interamericana de Biblioteconomia, Centro de Investigaciones em Ciência de la Información, Colômbia, Medellin, 2005.

JARAMILLO, Orlanda et al. *Políticas públicas para bibliotecas públicas*: uma propuesta de soluciones locales a problemas globales. In: Investigación bibliotecológica, vol. 19, n. 39, Julio/Diciembre, 2005.

MORAES JR., João V. de. *Novos paradigmas de políticas culturais para o livro e leitura na América Latina*: uma análise dos Planos Nacionais de Leitura do Brasil e Colômbia. In: CD/ Anais do II Encontro Baiano de Estudos em Cultura, Feira de Santana, 2009.

Moraes Jr., João V. de. *Políticas Culturais do Livro e Leitura no Brasil*: contexto, avanços e desafios. In: Rubim, Antonio Albino Canelas. (Org.). Políticas Culturais no Governo Lula. Salvador, EDUFBA, 2010. V. 6, p. 179-199.

NETO, José Castilho Marques (Org.). PNLL*: textos e histórias*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010, 340p.

OEI. *2021 metas educativas la educación que queremos para la generación de los bicentenarios.* Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), Madri, 2010.

PATIÑO, José Daniel Moncada. *Políticas públicas para bibliotecas públicas en contextos locales*. Universidad de Antioquia, Escuela de Govierno y Políticas Públicas de Antioquia, Centro de Investigaciones en ciências de la Información, Colombia, Medellin, 2005.

PEÑA, Luis Bernardo y ISAZA, Beatriz Helena. *Una región de lectores*: Análisis comparado de planes nacionales de lectura en Iberoamérica. CERLALC, OEI: Bogotá, 2005.

PEÑA, Luis Bernardo/ CORTÉS, Pedro León. *Las políticas públicas de lectura: una visión desde sus actores.*In: CERLALC/OEI. Agenda de políticas públicas de lectura, Bogotá: 2004. p. 65-75.

RIBEIRO, Carlos. Sobre leitores e bibliotecas. In: À luz das narrativas. Salvador, Edufba, 2009.

REIS, Paula Félix dos. *Políticas culturais do governo Lula*: análise do Sistema e do Plano Nacional de Cultura. Salvador, 2008. Dissertação de mestrado defendida no programa de Pós-graduação em Cultura da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia.

SERRA, Elizabeth D'Agelo. *Leitura e literatura infantil.* In: Um olhar sobre a cultura brasileira. WEFFORT, Francisco/SOUZA, Márcio (org.). Associação dos amigos da FUNART. Rio de Janeiro, 1998, p. 57-78.

ZAPATA, Didier Álvarez; GARCÍA, Juan Guillermo Gómez. *El discurso bibliotecario público sobre la lectura en América Latina (1950-2000): una revisión preliminar con énfasis en Colombia*. In: JARAMILLO, Orlanda (Org.). Biblioteca pública y la lectura pública. Universidad de Antioquia, Escuela Interamericana de Bibliotecologia, Medellin, 2005.